



Anuário Antropológico
ISSN: 2357-738X
anuario_antro@unb.br
Universidade de Brasília
Brasil

Neves, Eduardo Góes
A Arqueologia do Passado e do Futuro na Amazônia
Anuário Antropológico, vol. 50, e-13xmg, 2025, Enero-Diciembre
Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.4000/13xmg>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599883072013>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia



Anuário Antropológico
v.50 | 2025

A Arqueologia do Passado e do Futuro na Amazônia

Eduardo Góes Neves



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/13xmg>

DOI: 10.4000/aa.13xmg

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

Eduardo Góes Neves, «A Arqueologia do Passado e do Futuro na Amazônia», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, e-1 3xmg. URL: <http://journals.openedition.org/aa/13xmg>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.13xmg>



Atribuição 4.0 Internacional



A Arqueologia do Passado e do Futuro na Amazônia

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.13xmg>

Eduardo Góes Neves

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil

Orcid: 0000-0002-2830-2735



Até o final do século XX as hipóteses consagradas na arqueologia sul-americana dividiam o continente em quatro grandes áreas culturais, que corresponderiam também a estágios evolutivos: 1) os Andes Centrais, suposto berço das civilizações, da religião estruturada e do estado; 2) o Circum-Caribe, onde as formas de controle político e religião seriam menos estruturadas que nos Andes Centrais; 3) Floresta Tropical, incluindo áreas da Amazônia e Mata Atlântica, parte das chamadas “terras baixas” a leste dos Andes, e marcada pela presença de populações vivendo em aldeias autônomas com certa mobilidade e praticando agricultura de itinerante; e, finalmente, 4) Povos Marginais, presentes em distintas áreas das terras baixas, e caracterizadas pela ausência de agricultura permanente, pela grande mobilidade, baixa densidade demográfica e importância econômica da caça e coleta. De acordo com esse esquema, a suposta ausência de assentamentos permanentes, densos e de ocupação de longa duração na Floresta Tropical seria resultado da ação de fatores limitantes no meio ambiente – solos pobres ou ausência de proteína animal – que impediriam o crescimento demográfico.

O quadro esboçado acima foi modificado nas últimas décadas graças sobretudo a pesquisas arqueológicas realizadas em diferentes partes da Amazônia. A influência de autores como William Denevan, William Balée e Darrell Posey, desenvolvida no âmbito da chamada Ecologia Histórica nas décadas de 1980 e 1990, inspirou projetos de pesquisas arqueológicas de longa duração no Alto Xingu, Amazônia Central e Acre, no Brasil, e nos Llanos de Mojos, na Bolívia, e no litoral da Guiana Francesa que trouxeram à luz um quadro mais complexo e interessante sobre o passado profundo da Amazônia.

A primeira conclusão diz respeito ao eurocentrismo relacionado ao uso do conceito de “pré-história”, tanto para a demarcação de um campo de conhecimento como para o estudo da história das dezenas de milhares de anos que antecederam o início da colonização europeia. O critério tradicional para definir uma sociedade como “histórica” ou “pré-histórica” é, respectivamente, a presença ou ausência de escrita. As sociedades antigas da América do Sul eram, sem exceção, ágrafas, isto é, não tinham sistemas de escrita e, por essa razão, foram relegadas ao limbo atemporal da pré-história, da qual teriam se libertado apenas pela introdução da escrita pelos colonizadores europeus. Num país onde existem ainda dezenas de populações indígenas vivendo em isolamento voluntário, a associação entre a pré-história – e seu fim – e o contato inicial com os colonizadores, sejam eles europeus ou brasileiros, é conceitualmente ineficaz, além de politicamente perigosa. Por essa razão, na literatura arqueológica surgem termos como “história pré-colonial” ou “história antiga”, este último talvez o mais interessante.

O estudo da história antiga da Amazônia realizado através da arqueologia tem apresentado um quadro mais diversificado sobre o passado da região. Esse quadro mostra que os povos indígenas modificaram profundamente a natureza ao longo dos milênios, de tal maneira que, mais que importante patrimônio natural, a Amazônia deve ser também entendida como patrimônio biocultural. As evidências vêm dos cerca de 6.000 sítios arqueológicos cadastrados para toda a bacia amazônica, um número certamente subestimado. O estudo de uma parte de tais sítios,



os contextos neles identificados, os materiais escavados e os registros realizados mostram uma história de pelo menos 13.000 anos de duração. Tais achados complicam bastante a divisão neoevolucionista em quatro estágios acima esboçada, pois mostram, por exemplo, que a Amazônia foi um importante centro de cultivo e domesticação de plantas, assim como a região onde se encontram as cerâmicas mais antigas do continente americano. Há também cada vez mais evidências que permitem que se fale em urbanismo antigo, seguindo a proposta feita por Michael Heckenberger em 2008, para explicar as formas de articulação entre redes de assentamentos de tamanhos distintos na virada do primeiro para o segundo milênio da era comum no Alto Xingu.

Em diferentes partes do planeta, a partir do fim do Pleistoceno – ou da última era do gelo, ao redor de 12.000 anos atrás –, de maneira independente populações humanas estabeleceram relações com plantas ou animais selvagens que levaram eventualmente ao surgimento de novas espécies, conhecido como domesticação. O caso amazônico é, no entanto, particular; embora a região tenha sido um centro importante de cultivo de plantas, muitas delas, como a castanha-do-Pará ou o açaí, nunca foram domesticadas. Inúmeras outras ocupam um lugar entre a condição selvagem e plena domesticação, já detectado há décadas por Claude Lévi-Strauss. Como exemplo, basta verificar as goiabeiras que crescem meio selvagens ou ferais pelas frestas de concreto das grandes metrópoles do Brasil. Por muito tempo, o reconhecimento dessa condição intermediária colocou a arqueologia em uma espécie de impasse, ainda herança das amarras da tradição neoevolucionista, resultante da ideia de que o processo de neolitização¹ não se realizou por completo por aqui. Nos últimos anos, no entanto, uma importante virada conceitual permitiu uma espécie de tropicalização do conceito de neolítico à luz dos dados amazônicos, já que está claro, como não se cansam de nos lembrar os povos indígenas e seus pensadores, bem como a comunidade antropológica, que os sistemas de conhecimento indígenas no passado e presente são baseados em visões de mundo que não separam de maneira clara os chamados domínios da natureza dos domínios da cultura e que, sobretudo, valorizam e cultivam a produção da diversidade, seja em seus roçados e pomares, seja em suas línguas. A diversidade linguística da Amazônia está entre as maiores do planeta, e ela é mais notável porque se desenvolveu em um quadro sem aparentes barreiras geográficas, tais como desertos, cordilheiras ou arquipélagos, que poderiam ter isolado populações locais e levado à emergência dessa diversidade. Na ausência desses fatores, bem como do estado, há de se considerar que essa imensa diversidade emergiu como um processo ativo de valorização e cultivo das diferenças através das línguas.

Nos últimos séculos anteriores ao início da colonização portuguesa, a diversidade de formas de vida indígenas na Amazônia era muito grande. As hipóteses atuais sustentam que havia entre 8 e 10 milhões de indígenas vivendo na grande Amazônia em 1492. No século XVIII, essa população havia sido drasticamente reduzida devido a propagação de doenças, escravidão e guerra. O estudo transdisciplinar dos sítios arqueológicos e das paisagens que os circundam modificou profundamente a pesquisa arqueológica na Amazônia e tem contribuído para a

1 Na narrativa clássica da arqueologia do Velho Mundo, o Neolítico caracteriza-se pela domesticação de plantas e animais. No caso das plantas, a domesticação teria produzido uma “revolução agrícola” que permitiu o surgimento das cidades e das instituições estatais.



elaboração de um quadro mais complexo da antiguidade da região. Tal perspectiva transdisciplinar tem sido característica da arqueologia contemporânea e talvez por essa razão, a disciplina nunca tenha sido tão relevante como o é agora. Outra manifestação das transformações pelas quais tem passado a arqueologia é o que poderia ser chamado de uma ampliação do significado do tempo passado. O foco na materialidade e nas paisagens permite à arqueologia estudar também fenômenos históricos recentes ligados a populações que foram silenciadas e não tiveram oportunidade de ter escrito suas histórias, bem como a populações que talvez não queiram ter suas histórias conhecidas. Trata-se, por exemplo, dos coletivos quilombolas da época colonial ou do império ou, mais recentemente, de vítimas da violência do estado enterradas em cemitérios clandestinos. Ou então das dezenas de grupos indígenas que vivem em isolamento por diferentes partes da Amazônia. Abordagens arqueológicas podem ser também utilizadas para a proteção dos diferentes povos indígenas em isolamento. É comum que se pense que povos em isolamento são um dia “descobertos” pela sociedade nacional e que caberia ao estado estabelecer formas seguras de contato para que eventualmente se integrem ao nosso mundo. De fato, muitos dos povos “isolados” do Brasil assim o estão porque querem estar, porque decidiram não estabelecer contato com as sociedades circundantes.

O trabalho realizado com os povos em isolamento é verdadeiramente heroico porque representa uma luta para salvar a humanidade. Essa afirmação pode parecer exagerada, já que o contingente total dos povos em isolamento na Amazônia deve chegar no máximo a alguns milhares de indivíduos, um número pequeno se comparado aos cerca de 8 bilhões de humanos que habitam o planeta. O objetivo dos trabalhos não é o de estabelecer contato com esses grupos, mas verificar que continuam vivendo sem ameaças a seus territórios. Trata-se de um diálogo silencioso e lento, que exige paciência e observação e que se faz semanas a fio por formas de comunicação ensejadas por coisas: fogueiras antigas, tapiris² abandonados, trilhas, picadas, árvores cortadas com machados de pedra ou metal, galhos quebrados, fruteiras. A sua grandeza reside na ideia de que a história dos povos em isolamento não deve ser um destino inexorável rumo ao contato e à assimilação às sociedades nacionais. Não existe nenhuma lei social ou natural que determine que as coisas tenham que ocorrer dessa maneira. Os caminhos do futuro, embora condicionados pelas condições concretas do presente, devem estar sempre abertos à imaginação de mundos melhores, mais justos, mais diversos. Os povos em isolamento não são relíquias de um passado remoto que sobreviveram fossilizadas à margem da história aguardando seu destino inevitável. Sua história de resistência de tantos séculos nos mostra, ao contrário, que futuros diferentes podem emergir das ruínas do presente.

2 Acampamentos construídos durante expedições de pesca, caça e coleta.



Sobre o autor

Graduado em História pela FFLCH-USP, Doutor em Antropologia pela Universidade de Indiana, Professor Titular do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, dedica-se há mais de três décadas a pesquisas arqueológicas na Amazônia.

E-mail: edgneves@usp.br

Contribuições do autor

Texto elaborado unicamente pelo autor.

Editora Chefe

Kelly Silva (<https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>)

Recebido em 25/03/2025

Aprovado para publicação em 31/03/2025 pela editora Kelly Silva (<https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>)



Referência

Neves, Eduardo G. 2022. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo, Ubu Editora.